

# EDUCAÇÃO INCLUSIVA E UNIVERSIDADE: REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

## INCLUSIVE EDUCATION AND UNIVERSITY: REFLECTIONS ON INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES

Ivanusa de Assis Cerqueira 1  
Cíntia Nolácio De Almeida Maia 2

Graduação em História (2018) pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: nusadeassis@hotmail.com

Mestrado em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB (2010); Especialização em Educação e Relações Étnico-Raciais pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC (2008); Especialização em História do Brasil pela UESC (2011). É professora da Universidade do Estado da Bahia. É professora de História no Colégio Estadual Octacílio Manoel Gomes. Tem experiência na área de História com ênfase em Ensino de História, História da África, Relações Étnico-Raciais e escola, Relações de gênero e escola e formação de identidades na escola. Também, em TCC e Metodologia Científica. E-mail: cinthianolacio@yahoo.com.br

**Resumo:** A democratização do acesso de todos à educação escolar nas últimas décadas do século XX e a entrada de novos (as) alunos (as) nas instituições de ensino, com novas demandas, gerou a necessidade de uma reconfiguração da educação que atente mais para as subjetividades e as diferenças e uma postura de busca por uma ruptura paradigmática, já que as atuais não têm correspondido às necessidades dos educandos, inclusive no ensino superior. No que tange as pessoas com deficiência, cabe as instituições de ensino se adequarem as suas particularidades de aprendizagem, para de fato, os incluírem e lhes proporcionarem uma educação de qualidade. Assim, o presente artigo é fruto de reflexões feitas sobre uma pesquisa realizada na Universidade do Estado da Bahia - Uneb, que teve como objetivo principal analisar como tem ocorrido o processo de inclusão de alunos com deficiência na instituição. Na pesquisa, foram utilizadas como instrumento metodológico entrevistas semiestruturadas com alunos (as) com deficiência que serviram para concluir que ainda existem muitas barreiras que dificultam a permanência bem sucedida desses alunos no nível superior, sobretudo no que tange ao espaço físico e ao currículo que muitas vezes não atendem as suas especificidades. Assim, esse artigo objetiva socializar tais reflexões e contribuir para a busca de uma educação que seja efetivamente equânime, de qualidade e inclusiva, especialmente para pessoas com deficiência.

**Palavras-chave:** Inclusão. Deficiência. Universidade.

**Abstract:** The democratization of the access of all to school education in the last decades of the twentieth century and the entry of new students into educational institutions, with new demands, generated the need for a reconfiguration of education that looks more subjectivities and differences and a position of search for a paradigmatic rupture, since the current ones have not corresponded to the needs of students, including in higher education. With regard to people with disabilities, it is the responsibility of educational institutions to adapt their learning characteristics to include them and provide them with quality education. Thus, this article is the result of reflections made on a research carried out at the State University of Bahia - Uneb, whose main objective was to analyze how the process of inclusion of students with disabilities in the institution has taken place. In the research, we used as a methodological instrument semi-structured interviews with students with disabilities that served to conclude that there are still many barriers that impede the successful stay of these students at the higher level, especially regarding the physical space and curriculum that many sometimes do not meet their specificities. Thus, this article aims to socialize such reflections and contribute to the search for an education that is effectively equitable, quality and inclusive, especially for people with disabilities.

**Keywords:** Inclusion. Deficiency. University.

## Introdução

A questão da diversidade no âmbito escolar é algo que se vem discutindo muito no Brasil, pois vivemos numa sociedade democrática na qual todos têm direitos iguais, principalmente no que se refere ao sistema educacional. Nesse sentido, muitas discussões têm se levantado a respeito da Educação Inclusiva e o posicionamento do currículo para garantir a pessoa com deficiência uma educação que atenda as suas necessidades educacionais. As propostas curriculares nas universidades se materializam por meios dos Projetos Pedagógicos dos seus cursos, refletindo a seleção dos conteúdos selecionados pelos docentes como materialização da cultura, das relações de poder, da política e da economia (VILELA-RIBEIRO, 2007; MOREIRA, 2005; SILVA 2015).

Para que a inclusão aconteça de fato, e as políticas públicas se concretizem, é necessário lançar um novo olhar frente às deficiências, é preciso que haja uma mudança de mentalidade e do comportamento de toda sociedade em relação à diversidade e da escola também. Assim, é crucial que o professor tenha conhecimento de que os alunos não aprendem de maneiras iguais, nem por meio do mesmo conteúdo, estratégias e recursos, nem tão pouco devem se organizar em função de um aluno padrão e sim a partir da diversidade existente no âmbito escolar.

Nessa perspectiva, o currículo dos cursos de licenciatura devem se atentar a questão da formação do professor que muitas vezes se encontra com dificuldades em suas práticas educacionais ao se depararem com situações envolvendo alunos com deficiência já que o professor pode ser o grande possibilitador ou o grande empecilho para a educação inclusiva devido a sua falta de preparo.

Dentro desse contexto, a Universidade como a grande escola formadora de profissionais da educação capazes de efetivar o processo de democratização da educação de todas as pessoas, especialmente aquelas com deficiências, tem o papel de preparar este profissional dentro da perspectiva da inclusão que “hoje é um dos maiores desafios postos aos sistemas de ensino e ainda não é devidamente notado e assimilado pelas Universidades.” (IACONO, 2014 p. 2). Além disso, a universidade como instituição formadora do profissional na área da educação, precisa destacar qual sua preocupação em relação ao perfil do licenciado almejado por esta instituição e se esse perfil contempla aspectos das políticas de educação para a diversidade.

No entanto, é de grande relevância considerar como estão sendo preparados os futuros professores da área de Ciências Humanas, analisando o processo atual da democratização e da diversidade, o que levou esse estudo a analisar o Currículo de História do curso de Licenciatura da Universidade do Estado da Bahia, focalizando a Educação Inclusiva e de que maneira o processo de formação do professor está sendo tratado nas questões relacionadas à inclusão.

## O que é Educação Inclusiva

Muito se tem discutido sobre a educação inclusiva e os desafios de conseguir que todos tenham uma educação de qualidade por meio da inclusão escolar independente das diferenças culturais, sociais e individuais que englobam as pessoas com deficiência. Nesse sentido, pode-se afirmar que:

A discussão sobre educação inclusiva envolve a relação exclusão e inclusão que ganha tonalidades diferentes e altera as políticas sociais, impondo uma nova ética e uma moral que justificam o controle das tecnologias, o monopólio das riquezas, o domínio das informações, a circulação de conhecimento, a seleção dos benefícios, a delimitação do território e as possibilidades de melhorias de vida. (DÍAZ, et al, 2009 p.10).

Diante do fato que o paradigma da educação tradicional não atende mais as necessidades da inclusão, exige-se um novo modelo das propostas existentes. Assim, essa proposta diferenciada parte tanto do reconhecimento dos direitos dos deficientes pela sociedade, passando pela regulamentação das leis que promovem acessibilidade quanto pela formação do professor. (CASTRO, 2014, p.1)

Ao pensar em inclusão nos referimos aos esforços necessários no sentido de garantir a participação de todas as pessoas em qualquer área da sociedade a qual têm direitos e deveres como

princípios democráticos. No caso da educação inclusiva, trata-se de uma proposta que objetiva o desenvolvimento de respostas educativas a todos os alunos, garantido seu acesso e permanência na escola com uma educação de qualidade, abolindo preconceitos e barreiras (VILELA-RIBEIRO, 2007).

Monteiro (2003) diz que entende por educação inclusiva o processo radical de inserção dos alunos com deficiências ou distúrbios de aprendizagem nas classes de ensino da rede comum em todos os níveis de educação escolar, no qual todos devem aprender juntos considerando as suas particularidades.

Pode-se perceber a utilização do termo inclusão em diferentes contextos sociais, principalmente a respeito da inserção de pessoas que se deparam com algum tipo de exclusão devido a sua condição socioeconômica, étnica, de gênero ou por possuir algum tipo de deficiência. Referente a esse contexto Borges (et al 2013) enfatiza que:

A propósito da questão da deficiência e sua correlação com o termo “diversidade” e “inclusão”, observa-se que estes termos fazem parte da longa trajetória de movimentos mundiais pela luta em favor da melhoria de condições, aceitação e integração social, educacional das pessoas com deficiência. Isto acontece porque historicamente esses indivíduos têm sido vítimas de processos excludentes cristalizados pela sociedade[...]. (BORGES et al, 2013, p. 419).

Noronha (et al., s.d.) traz o conceito de Educação Inclusiva como,

um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação de cultura, das práticas e da cultura e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam a diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática que percebe o sujeito e suas singularidades tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. (NORONHA et al, s.d., p. 3).

São vários os conceitos sobre Educação Inclusiva que tem a mesma finalidade: englobar no sistema educacional todas as pessoas com suas singularidades. Mas, mesmo diante do processo atual da inclusão o sistema educacional ainda se encontra preso a velhos paradigmas que causam estranhamento e levam ao preconceito em relação ao que é diferente. As discussões acerca das diferenças requerem um pensamento que englobe uma concepção de igualdade pensando no eu e no outro dentro da sociedade diversificada. Assim, para se pensar em possibilidades que efetivem uma educação inclusiva, devem-se quebrar as barreiras dos velhos paradigmas em direção a uma sociedade mais justa e igualitária e uma escola ideal para todos.

Sendo a educação um dos instrumentos básicos para o desenvolvimento humano, inclusive no que diz respeito a sua qualificação para o mercado de trabalho, cada vez mais exigente, muitas vezes as escolas não conseguem atingir os objetivos exigidos ao se deparar com alunos que são considerados fora do padrão por apresentarem alguma necessidade de recursos especiais para sua formação. Para Noronha (et al, s.d.), isso acontece porque no processo da educação formal existe uma maneira particular que durante o percurso educacional uma parte dos alunos é promovida e cruzam os vários níveis enquanto outra parte é marginalizada, excluída, devido ao fato da escola ser uma instituição rígida e se encontra com dificuldades de aceitar e trabalhar com as diferenças, enquanto que “o princípio da Educação Inclusiva é a certeza de que Todos têm o direito de pertencer, de que devemos compreender e aceitar as diferenças”. (NORONHA, apud PAROLIN, s.d., p. 5-6).

Reforçando tais aspectos sobre Educação Inclusiva, Stainback (et al, 1999) tomando como base a Conferência Mundial de 1994 da UNESCO sobre Necessidades Educacionais Especiais, salienta que “[...] a educação é uma questão de direitos humanos, e os indivíduos com deficiências devem fazer parte das escolas, as quais devem modificar seu funcionamento para incluir todos os alunos.” (STAINBACK et al, 1999, p. 22). Nesse sentido, o ensino inclusivo engloba a prática da inclusão de todos independente da sua deficiência, capacidade, cultura e origem socioeconômica,

satisfazendo todas as necessidades dos alunos na escola e nas salas de aula, com um empenho e esforço integrado e consistente de todos os envolvidos no meio educacional evitando a segregação.

Outra questão importante no ensino inclusivo que deve ser analisada é a preparação dos profissionais envolvidos nesse processo, pois, o sistema educacional não funciona apenas com a inserção dos alunos com algum tipo de deficiência na escola, a questão está ligada em, além de oferecer a estes alunos educação de qualidade e serviços que necessitam para sua inclusão nos ambientes escolares, os profissionais que estarão diretamente ligados a eles precisam ter habilidades para trabalhar com as diversidades que englobam o conjunto das diferenças humanas. Nesse sentido:

[...] debates em torno desse assunto envolvem uma serie de variáveis e a formação docente, apesar de não se constituir única responsável pelo processo de inclusão de pessoas deficiências, o que se configuraria em uma visão reducionista, é um ponto de extrema importancia a ser abordado, já que são os professores aqueles, que em suas práticas, se defrontam com as diferentes formas de aprender e as dificuldades advindas, muitas vezes, do despreparo para lidar com a heterogeneidade.( ROTH et al, 2006, p. 161)

Este despreparo do professor muitas vezes está atrelado a sua formação, pois, muitas instituições formadoras do profissional da educação não tratam o tema inclusão com mais profundidade, deixando assim, uma ausência de conhecimentos que são necessários para lidar com as limitações, podendo deixar no professor uma resistência ou rejeição em relação à inclusão.

Em suma: a educação se encontra diante de um desafio que é possibilitar uma educação de qualidade a todos, por meio da inclusão, respeitando as necessidades educacionais de cada sujeito, nos diferentes níveis , inclusive no nível superior.

## **Percepção dos alunos com deficiência sobre O currículo da Universidade**

Em pesquisa realizada com alunos com deficiência matriculados e já concluintes de uma universidade pública, inclusive de cursos de Licenciatura, buscamos compreender de que maneira esses sujeitos analisam o currículo em relação à inclusão e a preparação da sua formação para lidarem também com alunos com necessidades educacionais especiais. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, a fim de visibilizar as vozes desses sujeitos.

Antes de qualquer coisa, faz-se necessário compreender o perfil dos alunos entrevistados nessa pesquisa. Assim, podemos identificar quais foram às mudanças e permanências ocorridas entre o ano de 2005 até o ano de 2017, período escolhido para análise do currículo da instituição, no que tange a questão da inclusão de pessoas com deficiências. Segue o perfil dos alunos na tabela abaixo:

**Quadro 1:** Perfil dos alunos com deficiência

<b>Curso</b>	<b>Deficiência</b>	<b>Ano de ingresso</b>	<b>Ano de conclusão</b>
História	Distrofia muscular	2005	2009
Geografia	Osteogêneses imperfeitos	2010	2015
Letras	Deficiente visual	2009	2013
Direito	Deficiência não diagnosticada	2014	Cursando

**Fonte:** Dados coletados durante a pesquisa.

Para esta pesquisa procuramos entrevistar o máximo de alunos possível com deficiências presentes nessa instituição. Um fato que nos chamou a atenção quando fomos a campo foi a dificuldade que tivemos em obter informações sobre haver ou não alunos com deficiência, pois, a

secretaria acadêmica, setor que obtém toda a documentação dos alunos ingressos não dispunha dessa informação. Sendo assim, buscamos obter essas informações através dos colegiados de cada curso e através de informações de pessoas não ligadas aos setores administrativos da instituição. Nesse sentido, foi identificado apenas um aluno com algum tipo de deficiência matriculado na Universidade, sendo os demais entrevistados alunos já concluintes, o que nos leva a refletir sobre o porquê de haver tão poucos alunos com deficiência nesse espaço.

Corroborando com Pimentel (2013), diante da realidade de exclusão ainda muito presente, a legislação brasileira tem sinalizado para políticas que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência de estudantes com deficiência no Ensino Superior. O autor supracitado chama atenção para o decreto da Lei nº 12.796 de 2013 que altera a Lei 9.394/96, acrescentando que é dever do Estado assegurar “[...] atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino o que garante também o atendimento educacional especializado em instituições de Ensino Superior. (PIMENTEL, 2013).

É importante salientar que é fundamental que todos os setores das instituições de ensino estejam cientes das necessidades de seus alunos, desde o ato de sua matrícula para que possam tomar as providências cabíveis a cada situação. Nesse sentido, Pimentel (2013) salienta que:

Outras legislações anteriores já haviam evidenciado bases para construções de políticas públicas nesta área. Em 1999 foi instituída a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência através do Decreto nº.3.298. De acordo com as orientações contidas nesta política (Art. 27), as instituições de ensino superior devem assegurar, aos estudantes com deficiência que fizerem solicitação prévia, adaptações de provas e apoios necessários, inclusive tempo adicional para a realização das provas. (PIMENTEL, 2013, p. 7)

Para início de conversa, perguntamos aos entrevistados se possuem algum tipo de necessidade educacional especial e qual seria essa necessidade, nesse momento todos expuseram as suas especificidades e necessidades, mas, que iremos demonstrá-las mais adiante. Para chegarmos ao nosso objetivo, questionamos se estes alunos encontraram algum tipo de dificuldade para efetuar a matrícula na instituição, todos responderam que não encontraram nenhum empecilho até este momento, principalmente no caso de um aluno que desenvolveu a deficiência após seu ingresso na instituição.

Diante do exposto, fizemos a seguinte indagação aos entrevistados: O que pensam sobre essa instituição de ensino no que tange a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais?

Ao analisarmos as respostas dos alunos no que se refere a essa questão, podemos identificar que há uma insatisfação tanto dos ex-alunos quanto do aluno matriculado, principalmente no que se trata da questão da estrutura física da instituição. Assim se manifestaram esses alunos:

**Aluno 01 (Distrofia muscular):** A universidade infelizmente não está preparada para atender esse público, uma vez que a gente percebe que tanto a questão arquitetônica que não é adequada, em um prédio de dois andares você não tem acessibilidade para o segundo piso né. Então o ideal é que você tenha um espaço onde tenha um acesso pleno, [...] e o mais complexo é a questão das pessoas que tem deficiências sensoriais, a pessoa com surdez, a pessoa com deficiência visual, eu acho que essas pessoas tende a sofrer mais que a minha realidade, porque não existe material adequado, não existem profissionais preparados [...] eu acho que o currículo não foi pensado para atender esse público, que a inclusão que a gente vê discutir aí na realidade de hoje, ela só vai ate o ensino fundamental e médio, então, eles não pensam que a pessoa com deficiência pode entrar na faculdade, isso é uma

forma de pensar no currículo. A UNEB é um projeto tão lindo, essa questão de licenciatura de formar profissionais, de formar educadores, então o espaço onde se forma educadores, que precisa de pessoas com qualidade para o ensino médio, mas que não prepara para a inclusão, isso é muito complexo.

**Aluno 02 (Deficiente visual):** Olha! Eu acho que não é só a Uneb, mas todas as instituições só estão caminhando, ainda estão longe de chegar a esse processo de inclusão de forma efetiva.

**Aluno 03 (Osteogêneses imperfeitos):** Penso que o Campus prega a inclusão na teoria, mas na prática não. A instituição não se adequa as pessoas com necessidade, é necessitado que se adequa as estruturas da instituição, o que acaba excluindo ao invés de incluir.

**Aluno 04 (Deficiência não diagnosticada):** A estrutura física é completamente inadequada, impede o direito de ir e vir das pessoas com necessidades[...] não é satisfatória mas consigo me adaptar com muito esforço.

Além dessas dificuldades em relação à estrutura física da instituição, alguns alunos relataram a dificuldade de acessibilidade ao segundo piso (o Campus possui dois pisos, no primeiro ficam situados as salas de aula e no segundo, os Colegiados dos cursos, não havendo rampas, mas sim, escadas para o acesso ao segundo pavimento), onde ficam situados os colegiados dos cursos, impossibilitando-os de resolver questões relacionadas a esses setores ou tendo que contar com ajuda dos colegas para resolver. Vale ressaltar também que a aluna com deficiência visual tinha sua sala de aula situada no segundo piso fazendo com que a mesma tivesse que subir as escadas para ter acesso, além de outras barreiras que ela encontrava no pátio, o que dificultava a sua movimentação pela instituição, o que nos leva a outra questão: Quais as principais dificuldades que você teve ou tem para desenvolver suas atividades acadêmicas na instituição?

**Aluno 01 (Distrofia muscular):** Foi mais essa questão estrutural mesmo, com certeza, minha dificuldade sempre foi a mesma para qualquer atividade dentro da universidade, a questão da estrutura física não tinha acesso pleno a nenhum espaço, a não ser a sala de aula mesmo, mas os outros espaços eu não tinha acesso.

**Aluno 02 (Deficiência visual):** Textos, os textos porque a maioria lá eles usam apostilas e nem sempre eu posso encontrar esse textos na internet, digitalizado, aí essa era minha maior dificuldade.

**Aluno 03 (Osteogêneses imperfeitos):** As aulas de campo, não permitiam condições para eu acompanhar, além de que existiam displicências por conta dos professores. Não oferecia condições para me incluir nas aulas de campo, muitas vezes deixei de participar por não ter condições de estar participando dessas aulas, condições estruturais.

**Aluno 04 (Deficiência não diagnosticada):** Existem muitas dificuldades, sala muito distante, banheiros distantes, pela minha dificuldade de locomoção eu me sinto muito cansado e às vezes ter acesso a esses lugares tenho que andar um pouco e isso me cansa. Acredito que essas dificuldades, a escada, impedem que outras pessoas com deficiências venham estudar na instituição e isso é vergonhoso.

De acordo com Xavier (2008), uma instituição de ensino que trabalha na perspectiva da inclusão deve contemplar os objetivos individuais de cada aluno, contrariamente à proposta tradicional segundo a qual todos devem atingir os mesmos objetivos. O que implica uma proposta de ensino que ofereça respostas educativas de qualidade para todos. É um novo paradigma de pensamento e de ação, pois, o que antes cabia ao aluno se adequar a escola, agora é ela quem deve modificar seu funcionamento para atender ao pluralismo de seu alunado. (XAVIER, 2008, p. 69).

Outro ponto levantado nas entrevistas foi à questão do currículo na perspectiva da inclusão. Perguntamos para os entrevistados o seguinte: Você acredita que o currículo dessa instituição trabalha na perspectiva da inclusão? De que maneira?

Posicionaram-se, os alunos:

**Aluno 01 (Distrofia muscular):** Não, de forma alguma, como eu disse antes a universidade ela não foi pensada para a pessoa com deficiência, como tudo passa pelo currículo, então se não tiver nada lá pré- programado, fica difícil você perceber, se colocar já é difícil, imagine se não estiver nem sendo pautado nas discussões. Como é que uma coisa que é esquecida vai ser lembrada?

**Aluno 02 (Deficiência visual):** Eu acho que nenhum currículo trabalha na perspectiva da inclusão, nem mesmo os da escola regular.

**Aluno 03 (Osteogêneses imperfeitas):** Não, eu acho que ate de modo teórico o currículo deveria abranger mais a questão da inclusão.

**Aluno 04 (deficiência não diagnosticada):** Não, em se tratando de cotas acredito que sim, mas de maneira irregular, pois beneficia pessoas que não se enquadram nos padrões dos cotistas [...] se tratando de pessoas com deficiência não trabalha na perspectiva da inclusão.

Nesse sentido, é notória a insatisfação dos alunos com deficiência em relação ao currículo, tanto na parte teórica quanto na prática ao que se refere à perspectiva da inclusão.

Quando perguntamos se a formação dos alunos já concluintes, contribuiu para sua prática no trato de alunos com deficiências, já que a maioria destes cursaram uma licenciatura, obtivemos a seguintes respostas:

**Aluno 01 (Distrofia muscular):** Não, eu não tive nenhum preparo, nenhuma referencia baseada em pessoa com deficiência, nunca tive nenhum componente na grade curricular que envolvesse pessoas com deficiência.

**Aluno 02 (Deficiente visual):** A única coisa que a UNEB fez quando eu estava lá, foi que a nossa turma foi a primeira, a ter o curso de Libras.

**Aluno 03 (Osteogêneses imperfeitas):** De maneira teórica sim, mas acredito que precisa preparar realmente para lidar com estas situações.

Diante dessas afirmações e de outros fatores observados, podemos perceber que a instituição não satisfaz as necessidades dos alunos com deficiência, principalmente no que se refere à estrutura física e que poucas mudanças foram feitas em um período de mais de dez anos no que tange a inclusão de alunos com deficiência. Em se tratando do currículo, também fica evidente que a instituição ainda precisa ter um olhar mais voltado para a perspectiva da inclusão tanto no que se refere a inclusão desses alunos, quanto para a sua formação a fim de que possam ser profissionais capacitados para trabalhar com as diversidades escolares e evitar cometer ou reproduzir os mesmos erros ocorridos em sua formação, promovendo assim, a exclusão.

Ao serem questionados se já vivenciaram na Universidade situações de discriminação por conta da sua condição de aluno com deficiência, todos os entrevistados responderam que não, ou que não se lembravam de ter passado por alguma situação nesse sentido, mas que percebem alguns olhares indiferentes que às vezes os incomoda.

Sobre esse aspecto, Silva e Souza (2013, p. 27-28), afirmam a existência de duas formas de discriminação: a visível, podendo provocar uma resposta imediata por parte da pessoa que é discriminada ou de pessoas presentes; e a velada, quando os efeitos não são imediatamente aparentes, provocando “[...] limitação de oportunidades para desenvolver autonomia, cria prejuízos sociais e de aprendizagem para a vida [...]”. (SILVA e SOUZA, 2013 p. 85). Nesse sentido, essa discriminação passa despercebida ao olhar desses alunos, pois, os autores acima citados consideram que a ausência, negação ou silenciamento dos direitos das pessoas com deficiência provocam as desigualdades sociais e a restrição da cidadania em não garantir os direitos sociais, como o direito a educação, caracteriza a discriminação desse grupo.

Ainda nessa linha, passamos a indagar a seguinte questão: Você percebeu se os professores dispensaram tratamentos diferenciados respeitando sua condição de aluno com necessidades especiais a fim de você acompanhar as atividades do componente? Como?

Dos alunos entrevistados alguns relataram que sua condição não necessita de tratamento diferenciado para que possam ou pudessem acompanhar as atividades, os que necessitam responderam o seguinte:

**Aluno 02 (Deficiente visual):** Eles me tratavam igual aos outros. Era por que lá é mais ouvir né, pelo menos no nosso curso é mais ouvir, não tinha muita coisa assim extra é mais ouvir, e se fosse necessário fazer alguma prova que... sim tinha uma professora que fez a minha prova oral, teve uma prova que foi feita oralmente. Quando não era assim oralmente os professores faziam em dupla. Ah sim, eles facilitavam sim, eles permitiam que um colega lesse pra mim e respondesse pra mim, eu respondia e um colega respondia pra mim.

**Aluno 03 (Osteogênese imperfeita):** Só mesmo nas aulas de campo que não me ofereciam condições para acompanhar as atividades, mas em sala de aula não havia necessidade de diferenciar não.

Nesse sentido, fica evidente que na perspectiva desses alunos e a partir de outros aspectos observados, a instituição em questão precisa se adequar estruturalmente para atender as necessidades dos alunos com deficiência e não esses alunos terem que se adequar a sua estrutura. No caso do aluno com deficiência visual, podemos perceber que a instituição não disponibiliza de instrumento adequado que facilite seu aprendizado, fazendo com que este contasse sempre com a sensibilidade dos professores e dos colegas de turma para desenvolver suas atividades.

De acordo com Silva e Souza (2013),

[...] a concepção de educação inclusiva atribui ao sistema educativo, aos gestores, professores e profissionais envolvidos a responsabilidade de prover as condições e ajustes necessários ao processo de escolarização dos estudantes com deficiência, tornando os processos pedagógicos acessíveis, de modo que garantam participação, aprendizado, interação social e autonomia por parte da categoria de estudantes mencionados. A efetivação da educação inclusiva depende, pois, da mudança das condições objetivas e subjetivas da sociedade e da escola. (SILVA e SOUZA, 2013, p. 86-87).

Portanto, diante dessa análise verificamos que os pressupostos da inclusão tanto no aspecto físico da instituição quanto no currículo, são trabalhados de maneira insatisfatória, pois além de não atenderem adequadamente as necessidades das pessoas com deficiência, tão pouco trata dessas questões no currículo formador de professor de forma que venha efetivamente

possibilitar habilidades que promovam a inclusão de pessoas com deficiências em suas práticas profissionais.

### **Considerações Finais**

Ao longo da história da humanidade, as pessoas com deficiência têm sido segregadas e excluídas do convívio social com as pessoas consideradas normais. Com a criação das Leis e diretrizes que favorecem o direito da pessoa com deficiência esse quadro vem se modificando, mas, ainda com alguns impasses principalmente no que diz respeito ao direito à educação.

A finalidade desse trabalho era analisar como o Currículo de História do curso de Licenciatura da UNEB trata as questões relacionadas à Educação Inclusiva, pensando na sua contribuição para a formação dos professores que irão trabalhar com alunos deficientes, e perceber como a instituição pesquisada trata a questão da inclusão desses alunos.

Após analisar as respostas dos alunos e dos professores, adquiridas através dos instrumentos utilizados na pesquisa, como entrevistas, análise do currículo e observações no campo da pesquisa, verificamos que o currículo de História da UNEB Campus IV, trabalha de forma insatisfatória as questões relacionadas com a inclusão de pessoas com deficiências, para que venha contribuir para a formação dos professores. O que há é um esforço por parte de alguns professores, especificamente os que trabalham com as disciplinas de estágio, que buscam discutir esporadicamente questões relacionadas a esse tema. Além disso, a instituição não possui estrutura física adequada que possibilite a acessibilidade e movimentação dos alunos com deficiências, e tão pouco possui instrumentos adequados que contribua para a aprendizagem dos mesmos. Durante as observações percebemos que não há rampa de acesso para o segundo piso, nem piso tátil no interior da instituição, o banheiro adaptado para deficiente está desativado, além de não existir identificação em nenhum setor escrito em braille, o que causa grandes transtornos para os alunos com deficiência.

Pensando nos pressupostos das Leis e diretrizes da educação que fundamentam a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de ensino, é fundamental que as mesmas se adequem ao novo contexto da inclusão, possibilitando o acesso dos alunos com deficiência, assim como as universidades formadoras de professores devem trabalhar com maior ênfase as questões relacionadas a Educação Inclusiva.

Em uma das perguntas feitas aos alunos dos cursos de Licenciatura, referente à contribuição que a sua formação teve para lidar com alunos com deficiências, percebemos que nenhum dos entrevistados teve uma preparação ou orientação básica para lidar com esse público e os que seguiram a profissão de professor se sentem perdidos quando se deparam com situações ligadas a esse tema.

Sendo assim, podemos perceber que mesmo com as Leis e diretrizes que influem a questão da inclusão, ainda existe uma grande dificuldade no currículo de formação de professores dos cursos de Licenciatura da UNEB em especial no currículo de História, fazendo apenas uma breve discussão sobre a questão da diversidade sem maior profundidade, principalmente ao que se trata da questão da inclusão de alunos com deficiência. Mesmo que o curso traga em sua grade curricular algumas disciplinas que aborde a questão da diversidade, ainda assim é muito insuficiente para alcançar a proposta da educação para todos. Pois muitas das abordagens são feitas somente em cumprimento as determinações das Leis, como é o caso da disciplina de Libras, obrigatória em todos os cursos de licenciatura, mas que devido à pequena quantidade de carga horária não é suficiente para que um professor esteja efetivamente capacitado para trabalhar com um aluno surdo, por exemplo, em sua prática escolar.

Entendemos que a questão do combate à desigualdade social e a inclusão das pessoas com deficiência no espaço escolar precisam ser mais debatidas no currículo de História da UNEB. Através de dados obtidos na pesquisa, foi possível verificar a necessidade de uma reformulação urgente do currículo de História, que promova de maneira mais eficaz a preparação do professor para trabalhar com o amplo campo da diversidade e suas peculiaridades, para que o professor personagem tão importante na formação do indivíduo possa orientá-lo de maneira que este possa interagir com igualdade no meio social.

A Educação Inclusiva é algo que precisa ser tratado com maior destaque, pois, cada vez mais

pessoas com necessidades educacionais especiais estão chegando ao ambiente escolar e, apesar dos avanços e das Leis que fomentam a presença das pessoas com deficiências nas instituições de ensino, é preciso que mudanças sejam feitas para que estes alunos permaneçam na escola e uma dessas mudanças precisa ser feita nos currículos formadores de professores, os quais percebemos essa necessidade de mudança no currículo de Licenciatura em História da UNEB.

## Referências

BORGES, Adriana Costa (et al). **Reflexões Sobre a Inclusão**, a Diversidade, o Currículo e a Formação de Professores. 2013.

CASTRO, Raimundo Marcio Mota de. **O professor e sua formação diante da Educação Inclusiva**. UNIUBE/EST. 2014.

DÌAZ, F. (Org.). **Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social**: questões contemporâneas. Salvador EDUFBA, 2009, p.10.

IACOMO, Jane Peruzo. A permanência da formação de professores para a educação especial/educação inclusiva. **Seminário Nacional**. Estado e Políticas Sociais no Brasil. Cascavel-PR, p.2., 2014.

MONTEIRO, Adriana Torres Maximo. **Educação Inclusiva**: um olhar sobre o professor. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T.(Orgs) **Currículo, Cultura e Sociedade**. Tradução de Maria Aparecida Baptista- 8. Ed.- São Paulo, Cortez, 2005.

NORONHA, E. et al. **Educação Especial e Educação Inclusiva**: Aproximações e convergências. s.n.t. Disponível em: <[http://www.catolicaonline.com.br/semanapedagogia/trabalhos\\_completos/EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA-%20APROXIMA%C3%87%C3%95ES%20E%20CONVERG%C3%84NCIAS.pdf](http://www.catolicaonline.com.br/semanapedagogia/trabalhos_completos/EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA-%20APROXIMA%C3%87%C3%95ES%20E%20CONVERG%C3%84NCIAS.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2019.  
PIMENTEL, Susana Couto. **Estudantes com deficiência no Ensino Superior**: construindo caminhos para desconstrução de barreiras na UFRB. Cruz das Almas/BA: NUPI, PROGRAD, UFRB. 2013.

ROTH, Berenice. Weissheimer (Org). **Experiências Educacionais Inclusivas**. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Ministério da Educação Secretaria da Educação Especial. Brasília. 2006.

SILVA, M. DA SILVA.; SOUZA, L. DE SOUZA.(Orgs). **Estudos sobre Formação e Educação Inclusiva**- Salvador: EDUNEB, 2013.

SILVA, Osni Oliveira Noberto. **Inclusão nas aulas de Educação Física**: concepções de professores na educação básica. Novas Edições Acadêmicas, 2015.

STAINBACK, Susan. et al. **Inclusão**: Um guia para educadores. Tradução Magda França Lopes- Porto Alegre: Artmed,1999.

VILELA-RIBEIRO, E. B.; BENITE, A. M.C. **Sobre a educação inclusiva na formação de professores de Ciências**: a tessitura dos currículos praticados. DOI: 10.4025/actascieduc. Vol. 33i2.14407. Goiás, 2007.

XAVIER, Glauca do Carmo. **O currículo e a educação inclusiva**: a prática curricular e suas implicações na inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Belo Horizonte, 2008.